

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1223 - 08/07/2013 a 14/07/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

PACTO FEDERATIVO

PARANÁ ESQUECIDO

OPINIÃO

Pelo fim do
ecoradicalismo

CLIMA

Chuvas em excesso
no interior

TECNOLOGIA

Cresce o uso de
material genético

Aos Leitores



Pacto federativo agredido

Não é de hoje que o nome oficial do país – República Federativa do Brasil – não mais faz jus ao que acontece no convívio entre os estados e a União. Há tempos existe uma verdadeira agressão ao pacto federativo, principalmente no repasse de receitas entre as 27 unidades e os mais de 5 mil municípios. A divisão não é igualitária nem proporcional. Segundo o orçamento da União executado em 2012, apenas 10,21% das despesas totais foram repartidas entre os entes federados.

Um exemplo disso é o Paraná, que vê o seu desenvolvimento socioeconômico ser prejudicado por decisões de Brasília, como mostra a matéria de capa desta edição. O estado é negligenciado de várias formas, a começar por decisões burocráticas, que impedem a concretização de empréstimos para investimentos, e chega ao ponto da dívida estadual perante o governo federal ser onerada por indexadores que são muito superiores aos adotados pela União para corrigir sua própria dívida no mercado.

Por consequência, quem sofre é o cidadão, que, individualmente em 2013, já pagou quase R\$ 2,7 mil em tributos, totalizando nacionalmente mais de R\$ 514 bilhões, segundo o “impostômetro” da Associação Comercial do Paraná. Porém, o retorno em serviços é o pior entre 30 países, conforme o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Uma situação que se agrava diante de calamidades públicas, como a vivida nessa semana pela população atingida pelas chuvas no interior do Paraná.

Índice

APCBRH	03
Xico Graziano	04
Enchentes	06
Inseminação Artificial	10
Capa	12
Consecana.....	17
Notas	18
Eventos Sindicais	20
Via Rápida	22

Fotos: Fernando Santos, Arquivo FAEP, Divulgação e Agência Estadual de Notícias

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. |
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Presente de aniversário

APCBRH amplia laboratório de análise e vem aí o teste de “prenhez”



Sede do laboratório em Curitiba e o presidente Hans J. Groenwold na inauguração

No último dia 21, a Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH) comemorou 60 anos de fundação e o presente de aniversário aos produtores e à indústria laticínia paranaense foi a ampliação do seu laboratório.

Amostras de grande parte da produção leiteira, captada pelos 330 laticínios existentes no estado, rotineiramente toma o caminho do laboratório da APCBRH, em Curitiba. Mas não é só, porque o leite produzido em Rondônia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul também tem o mesmo destino.

Esse laboratório, que é referência nacional, além das obras civis, também ampliou sua área de atuação, fazendo testes de crioscopia (avaliação do abaixamento da temperatura de um líquido quando mistura a algum produto estranho), ureia e quantificação de caseína – proteína principal dos queijos. Isso foi possível com investimentos em novos equipamentos, que permitirão dobrar a sua capacidade de análise de 180 mil para 360 mil exames/mês.

Como parte de sua remodelação, o laboratório tem a previsão de que até o final do ano também será disponibilizado o teste de prenhez, através do soro do leite do animal. “O laboratório

da associação será o primeiro no Brasil a oferecer esse teste”, explica o médico veterinário e superintendente da APCBRH, Altair Antônio Valloto.

Atualmente, existem duas formas de descobrir se uma vaca está em gestação: pela apalpação do animal, que pode ser feita no período de 35 a 45 dias após a inseminação ou pelo exame com ultrassom em torno de 28 dias após a inseminação. O teste de prenhez também tem uma espera de 28 dias, mas apresenta a vantagem de não provocar estresse no animal. Para fazer o ultrassom, a vaca precisa ser amarrada, o que pode gerar até a perda do embrião. “Se o produtor usou um sêmen de alto custo, vale a pena investir no novo teste para não perder o embrião”, completa Valloto.

Além de fazer o teste de prenhez, com a mesma amostra de material, o produtor pode pedir a análise de doenças reprodutivas que impedem a vaca de ser fecundada. Hoje, o grau de acerto de uma inseminação artificial varia de 40 a 50%. Isso porque o corpo da vaca leiteira tem um grande gasto energético para produzir leite, manter seu organismo e reproduzir. Em média o período de gestação da vaca é de 282 dias ou nove meses.

Plantas exóticas e invasoras

A silvicultura inteligente cria uma segunda natureza que ajuda a civilização

Por Xico Graziano *



Cacau, coco e eucalipto são exemplos de plantas exóticas que são exploradas comercialmente no Brasil

Existe uma repulsa dos ambientalistas brasileiros contra as plantas chamadas exóticas. Sua posição, radical, idolatra a vegetação nativa. O assunto virou tabu: espécie exótica é do mal; nativa, do bem. Polarização falaciosa.

Espécies exóticas, sejam plantas ou animais, consideram-se as originadas nos ecossistemas de regiões distintas da local, ou seja, estrangeiras. São exóticas no Brasil, por exemplo, as árvores típicas da Europa, como o cipreste italiano. Da mesma forma, vieram de longe para a arborização urbana a enorme tipuana (argentina), o lindo flamboyant (africano), a falsa-seringueira (asiática) e o álamo (canadense). Apenas a sibipiruna ou os coloridos ipês são nativos do Brasil. Nenhum

cidadão discrimina a sombra fresca que todas oferecem ao calor do asfalto.

Imperam também, dentre as frutas encontradas na mesa dos brasileiros, as variedades importadas. A banana, a laranja e o figo têm origem na Ásia, enquanto o abacate e o abacaxi vieram da América Central. Variadas origens caracterizam a fruticultura, como no caso da melancia (africana), da manga e da jaca (indianas), da maçã (siberiana), do caqui e do pêssego (chineses), da uva (do Oriente Médio), do morangueiro (europeu). O mamão é americano. Latino-americanas são a pitanga e a goiaba. Brasileira, mesmo, fica a jabuticaba.

Assunto curioso. Veja o caso de verduras e legumes.

Nesses vegetais se destacam as exóticas cebola e alface (asiáticas), a berinjela e o pepino (indianos), a cenoura, a beterraba e a couve (mediterrâneas), o cará, o maxixe e o quiabo (africanos). Restam como latino-americanos o chuchu, a abóbora e o pimentão. Sul-americano, sabidamente, apenas o tomate.

Conceito de exótica

Interessante é saber que exótica é também boa parte dos grãos que alimentam o povo, a começar do arroz, da soja (asiáticos) e do trigo, cujas origens se encontram na Europa e na Ásia. Amendoim, girassol, batata e milho, por sua vez, surgiram originalmente nas montanhas andinas da América. O café, bebida adorada pelos brasileiros, nasceu na África, a cana-de-açúcar veio da Índia e o feijão, típico do prato nacional, tem origem difusa em vários continentes. Verde-amarela, essa, sim, resta a mandioca, aqui relatada desde Pero Vaz de Caminha.

Normalmente as pessoas desconhecem a origem dos alimentos. Isso, entretanto, não as impede, nem aos próprios ecologistas radicais, de consumi-los com apetite, independentemente da procedência. Saborosos e nutritivos, todos têm sido fundamentais para a qualidade de vida dos povos. Fruto do trabalho da agronomia, caíram no gosto popular e se tornaram cosmopolitas. Viajaram o mundo.

Existe um sentido mais restrito para o conceito de planta exótica. Também é considerado dentro de um mesmo país, ou região, para se referir às espécies que, embora do mesmo país, tenham origem num bioma distinto do local. Assim, no território de São Paulo, situado no bioma da Mata Atlântica, considera-se exótica a seringueira, eis que nativa do bioma da Amazônia. Vejam outros casos. No Nordeste, ao contrário do que muitos pensam, o praiano caju é exótico, pois sua origem está na Floresta Amazônica; idem o cacau, que, embora seja também amazônico, adorou viver nas terras de Ilhéus. O coco-da-baía, destarte, ostenta no nome a terra de Jorge Amado, mas chegou da África, trazido pelas correntes marinhas. Inusitado!

Puritanos ambientais

Na recente discussão sobre o Código Florestal, o assunto da vegetação exótica tomou destaque. Propunha-se que, sob certas condições, plantações frutíferas ou silvícolas pudessem ser utilizadas para ajudar na recomposição de áreas de preservação permanente, mormente as próximas dos cursos d'água. Além de proteger as beiradas dos córregos, teriam função produtiva. Ganha a natureza, ganha o agricultor.

Houve, porém, forte restrição dos puritanos ambientais. O temor ecológico contra as plantas exóticas advém, primeiro, do

fato de que, sendo estranhas à flora nativa, elas não participam das cadeias produtivas alimentares, pouco auxiliando na vida silvestre. Segundo, as espécies retiradas de seu ecossistema nativo se livram de predadores e parasitas naturais, que lá controlam sua população. Livres de competidores, podem se multiplicar exageradamente, prejudicando a flora e a fauna locais.

Esse fenômeno, que caracteriza as chamadas plantas “invasoras”, é tido pelos estudiosos como a segunda maior ameaça mundial à biodiversidade, perdendo somente para a exploração humana na destruição dos habitats naturais. A gravidade da contaminação biológica causada por espécies exóticas motivou a ONU a criar, em 1997, um programa específico para enfrentá-la. A matéria, complexa, caiu nas graças dos ecoterroristas, os que pregam a catástrofe planetária.

Em muitos casos, providências, algumas drásticas, precisam ser tomadas para impedir a invasão dos ecossistemas. Mas, embora exóticas, as plantas podem servir ao bem. Basta monitorar, se necessário controlar, pôr a técnica acima do preconceito ecológico. Nas áreas degradadas, algumas espécies florestais podem servir como “pioneiras”, sombreando as mudas nativas para que cresçam melhor, favorecendo o processo de recuperação ambiental. Por essa razão, o novo Código Florestal acabou permitindo, de forma restrita, o uso das exóticas em sistemas misturados com espécies nativas.

Na Serra do Mar paulista, entre Mogi das Cruzes e Bertioga, surpreendente recuperação da Mata Atlântica se verifica nas sombras dos antigos eucaliptais, raleados, mantidos pela Suzano, empresa de celulose. A silvicultura inteligente cria uma segunda natureza, que ajuda, e não atrapalha, a civilização humana.



* Agrônomo, foi secretário de Agricultura e do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Dilúvio no campo

Paraná espera água baixar para calcular prejuízos na agropecuária



Pode demorar semanas até que os paranaenses consigam fazer as contas e avaliem, em números, a real extensão do prejuízo provocado na agropecuária pela chuva sem precedentes que caiu no mês de junho. Mais de 100 mil pessoas foram atingidas, dezenas de municípios decretaram situação de emergência e pelo menos 15 mil moradores tiveram que deixar suas casas.

Em algumas regiões, choveu dez vezes mais do que a média histórica e volume dessa água toda é calculada em milímetros. Vale lembrar que se, em uma região choveu 100 mm, significa dizer que, em uma área de 1 metro quadrado, a lâmina de água formada pela chuva que caiu apresenta uma altura de 100 milímetros.

Assim, as estações pluviométricas registram volumes recordes para esta época do ano. Em Laranjeiras do Sul, foram mais de 600 mm, em Cascavel, 543 mm, em Guarapuava, 498 mm, em Cidade Gaúcha, 340 mm, e em Maringá e Londrina, acima de 240 mm. “Fazia 30 anos que não chovia tanto, foram treze dias seguidos”, conta o produtor e presidente do Sindicato Rural de Dois Vizinhos, Darci Smaniotto, onde a estação meteorológica

registrou, em junho, 530 mm de água.

Causas

O mapa da chuva intensa coincidiu com o mapa das nascentes dos principais rios do estado. E o resultado foi o transbordamento dos leitos e prejuízos espalhados ao longo do percurso. As causas de tanta chuva, segundo Luiz Renato Lazinski, meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), foram o bloqueio de uma frente fria sobre o estado e a alta umidade vinda da Amazônia, uma situação pouco comum nesta época do ano, que reforçou a frente fria.

“A previsão é que as chuvas continuem de forma muito irregular, intercalando períodos acima da média com períodos de muita ou nenhuma precipitação, devido à continuidade da situação conhecida como neutralidade climática”, avalia Lazinski. Em relação às temperaturas, a previsão do meteorologista é de “alternância de períodos um pouco mais quentes com massas de ar frio que chegam com intensidade ao Sul do Brasil, acentuando os extremos de temperatura”.

Lavouras

O reflexo para agricultura de tanta água tem sido solos encharcados ou inundados, que não permitem a colheita de milho safrinha, café e feijão, além de retardar o plantio do trigo e dificultar o transporte de leite, aves e suínos. “Temos uma safra de 10,9 milhões de toneladas de milho prontinha para sair da lavoura, mas o trabalho foi interrompido. Já sabemos que haverá perda de qualidade, que parte do milho vai ficar ardido e com mofo, o que significa quebra e aumento de custos com secagem”, avalia Francisco Simioni, diretor do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura do Paraná.

No café, as perdas são na qualidade e no volume. “Mesmo os grãos que não caíram do pé vão perder qualidade, por que ficaram riados. A chuva na árvore é ruim para a qualidade da bebida e neste ano não teremos um

bom café. Quanto ao volume, vamos ter perda de 10 a 15%, porque os grãos ficam enterrados no chão e se perdem”, avalia o presidente do Sindicato Rural de Cornélio Procópio, Floriano Ribeiro.

Em relação ao trigo, a falta de condições para o plantio vai fazer com que vários produtores percam a janela do zoneamento climático: se plantarem, não terão direito ao Proagro e ao seguro rural. Deve haver ainda perda de qualidade do grão e redução da safra, por causa do ataque de doenças como giberela e brusone, que se aproveitam do excesso de umidade.

Mesmo depois da trégua dada pela chuva durante a semana que passou, produtores e técnicos esperavam a água baixar para conseguir ter acesso às lavouras e estimar os danos. Pontes e pontilhões foram danificados, estradas rurais ficaram intransitáveis e rodovias foram bloqueadas por queda de barreiras e erosão do asfalto.





“Tsunami” do Ivaí varre fazendas

A cheia do rio Ivaí, no Noroeste do Paraná, veio rápida e furiosa, como um “tsunami” – a superonda formada no mar após um terremoto. Numa estimativa inicial, cerca de 10 mil cabeças de gado morreram afogadas nos municípios de Douradina, Ivaté, Icaraíma, Santa Cruz do Monte Castelo e Querência do Norte. Muitos bois sobreviveram à descida da correnteza por até 40 km, mas chegaram muito fracos às margens do rio e foram prontamente abatidos por pescadores e pela população ribeirinha.

“Estou desnorreado, sem rumo. É muito triste. Vai levar vários anos para recuperar tudo o que foi perdido: quase R\$ 3 milhões. Vou ter que começar do zero”, avaliou o produtor Rogério Rayes Escada, que viu o rio “rodar” 1.200 dos 1.450 bois que estavam no pasto, na Fazenda Pacaembu, numa curva do Ivaí, entre Icaraíma e Ivaté. A água cobriu barracões e seis casas dos funcionários e arrastou implementos agrícolas. Rogério chegou a reunir parte da boiada quando o rio começou a subir, mas não teve tempo de levar os animais a um lugar seguro.

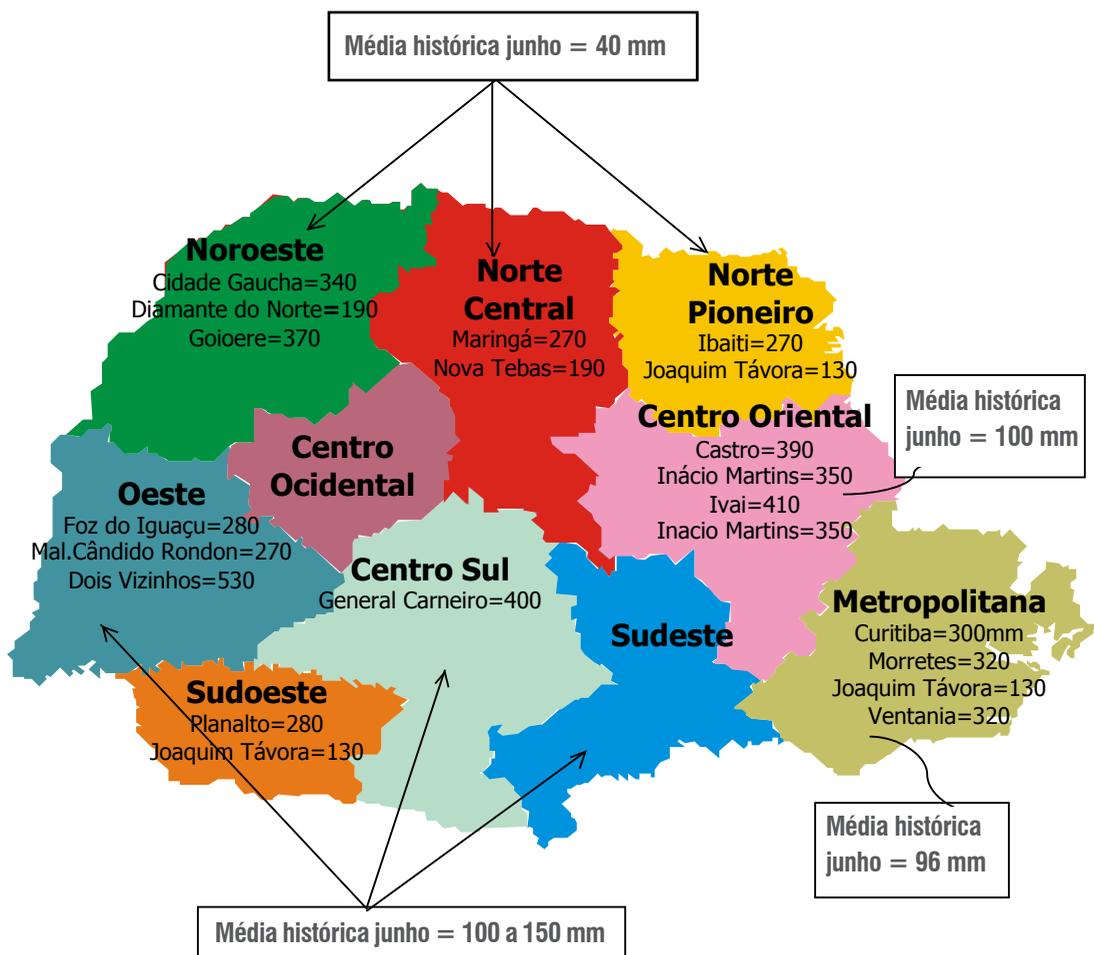
“Guardadas as proporções, foi realmente como um tsunami”, disse o presidente do Sindicato Rural de Icaraíma, Juraci de Souza Ferreira. Segundo ele, em outros anos de cheia, a água vinha de baixo para cima, avançando aos poucos pelas margens. Desta vez foi diferente, a água desceu varrendo, veio em um volume muito grande. Muita gente não entende como é que não deu tempo de retirar o gado, nem mesmo animais domésticos e de trabalho. O fato é que só ouvimos falar de uma cheia assim 30 anos atrás”, reforçou.

Na região entre Santa Cruz de Monte Castelo e Querência do Norte, a estimativa da Defesa Civil é de que mais de 6 mil bois – de fazendas e assentamentos – tenham sido arrastados rio abaixo. Em Querência, cerca de 3 mil pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas. Só em Douradina, a estimativa é que os prejuízos com a morte de animais, perda de plantações de arroz e equipamentos podem ultrapassar os R\$ 10 milhões.

Feitos os primeiros atendimentos de emergência, a preocupação, segundo o coordenador da Defesa Civil, major José Inácio da Silva, passou a ser a alimentação dos animais que sobreviveram e o destino de centenas de carcaças, que rapidamente se transformam em ameaça à saúde pública. “Estamos trabalhando com o pessoal da Secretaria de Saúde, para decidir o que fazer: ou enterramos os bois, o que não é viável, ou incineramos com ajuda de produtos químicos para evitar o risco de doenças”, relatou.



PARANÁ – AVALIAÇÃO PRELIMINAR PÓS-CHUVAS



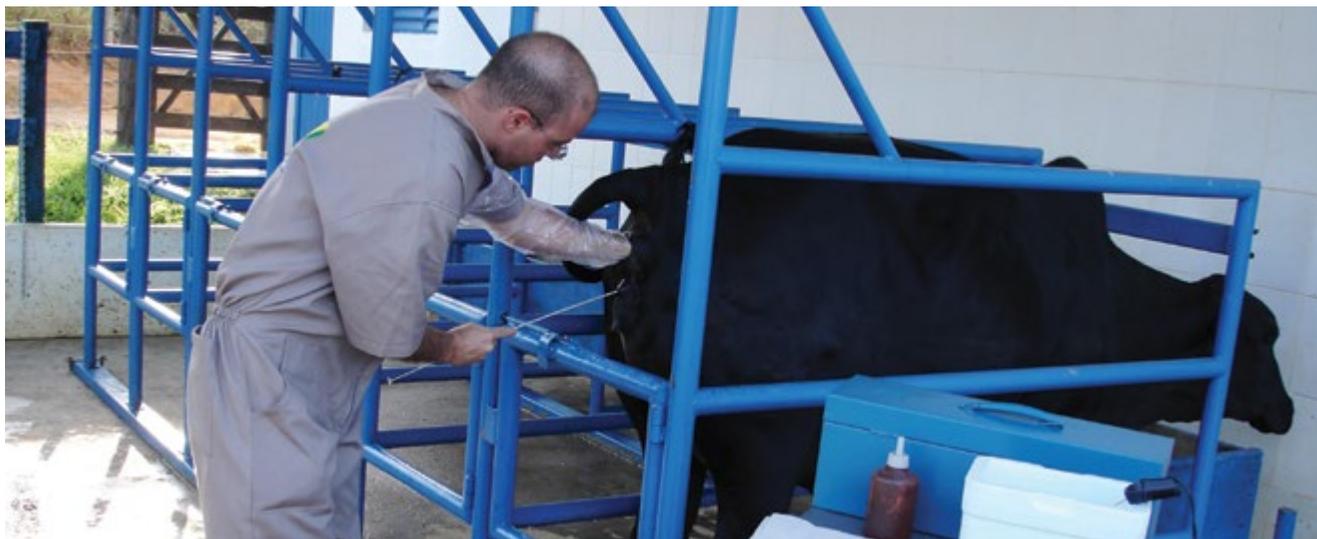
VEJA A LISTA DE ALGUNS EFEITOS, POR CULTURA, NUM LEVANTAMENTO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO-ECONÔMICO DA FAEP:

Café	Perda de qualidade, por excesso de água na planta, e perda de volume, por queda de grãos. Nelson Menolli, da Emater, estima um prejuízo ao produtor de R\$ 2,1 milhões. Provável encarecimento da mão-de-obra.
Feijão	Em áreas não colhidas, qualidade comprometida pelo excesso de umidade. O feijão carioca deverá perder a cor e o preço pago ao produtor deve cair.
Milho	Perda de qualidade do grão, tornando o milho ardido (fermentado e quebrado). Prováveis perdas na produtividade. Ocorrência de milho germinando na espiga, tombamento, requeima (situação anterior), falta de luminosidade.
Trigo	Perda de qualidade e redução da produção, pela chuva. Ataque de doenças como giberela e brusone. Já é possível verificar ferrugem e manchas foliares. Há municípios que podem perder o período ideal de plantio definido no zoneamento agrícola.
Cana-de-açúcar	Lavouras que estão para serem colhidas não foram tão prejudicadas como as de café. Deve ocorrer atraso na colheita e no plantio, dependendo da área.
Leite, suínos e aves	Dificuldade de saída dos produtos das propriedades, pastos pisoteados e com barro, encarecimento da alimentação dos animais, que ficam mais tempo alojados.
Outras	Perdas de bovinos, ovinos, equinos, lavouras de arroz, hortaliças, máquinas agrícolas, rações, material de escritório e da contabilidade das propriedades, móveis e depósitos, dentre outras.

Observação: As perdas ainda não foram quantificadas oficialmente

Inseminação artificial avança no Brasil

Técnica de melhoria genética é difundida aos pecuaristas pelo SENAR-PR



Acompanhamento profissional garante resultados da inseminação artificial

O aumento da demanda mundial por proteína animal e as novas técnicas de inseminação artificial inseridas no Brasil aqueceram o mercado de genética bovina nos últimos anos. O salto registrado no segmento de venda de sêmen bovino pela Associação Brasileira de Inseminação Artificial (Asbia) desde a sua criação, em 1981, foi de 658%: naquele ano foram comercializadas 1,9 milhão de doses e já em 2012 os pecuaristas adquiriram 12,3 milhões doses.

Esse desempenho foi puxado principalmente pela mudança de comportamento entre os pecuaristas de corte, que até o início da década usavam a técnica somente para obter reprodutores e matrizes de elite. Hoje, eles demandam 60% das doses disponibilizadas no mercado contra 40% da pecuária leiteira, pois buscam um melhor rendimento de todo o plantel. Isto porque, como explica zootecnista Michael Warkentin, da Batavo Cooperativa Agroindustrial, de Carambéi, a inseminação artificial é a oportunidade que o produtor tem de selecionar as características desejadas nos animais, obtendo machos e fêmeas melhores do que foram as suas mães. “Por exemplo, se uma vaca tem uma colocação de pernas indesejada, o produtor pode escolher o sêmen de um touro que contribui para a evolução do filhote que irá nascer”, explica.

Mas mesmo com crescimento registrado, a utilização da inseminação artificial ainda não é adotada em grande escala no

país e somente 10% do total de pecuaristas brasileiros recorrem à técnica. As exceções ficam por conta de algumas regiões muito tecnificadas, como a bacia leiteira dos Campos Gerais ou parte das fazendas de corte no Triângulo Mineiro, onde esse percentual chega a quase 100% dos produtores. Nessas ilhas de excelência, por sinal, há uma preferência pelo sêmen importado dos Estados Unidos, Canadá e Europa em detrimento do material nacional.

Custos

A baixa abrangência da inseminação artificial pode ser creditada ao perfil da pecuária brasileira, cuja presença dos pequenos produtores é predominante. Segundo professor de medicina veterinária e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Pietro Baruselli, o maior desafio é implantar um programa de melhoramento genético nessas pequenas propriedades devido o tamanho do investimento em equipamentos, aquisição do sêmen e, principalmente, na assistência técnica de um profissional. “O custo de uma visita para acompanhar 20 vacas é o mesmo para 500 animais. Hoje, conseguimos inseminar até 500 vacas em um só dia, por isso os pequenos produtores precisam se organizar e formar grupos para diluir os gastos”, orienta.

Isso também tem dificultado a disseminação de uma nova técnica chamada inseminação artificial em tempo fixo

(IATF), que ajudou a elevar as vendas de sêmen entre os grandes produtores de gado de corte. Ela permite induzir o cio das fêmeas, com objetivo de inseminar o maior número de vacas ao mesmo tempo, com foco na produção de bezerros para abate. Com a IATF, é possível diminuir o intervalo entre os partos, tornando o rebanho mais produtivo.

No entanto, devido ao fator financeiro, a maioria dos pecuaristas deixa de aproveitar as vantagens da inseminação artificial, como a rapidez no melhoramento genético do rebanho; a prevenção de acidentes entre o touro, vacas (principalmente as leiteiras) e humanos; e a prevenção de doenças reprodutivas que poderiam ser transmitidas pelo touro. Porém, mesmo com estes pontos positivos, o professor destaca que a taxa de concepção em qualquer país do mundo para gado de leite é de 50% e para gado de corte chega a 60%.

Manejo

De acordo com Baruselli, ultrapassada a barreira do investimento, outro grande gargalo é o manejo do rebanho. O produtor, prossegue ele, tem dificuldade em detectar o cio da vaca para realizar a inseminação artificial no momento adequado. “Por isso, nossas pesquisas estão focadas em novas soluções para programar a ovulação da vaca em momentos conhecidos, eliminando a necessidade de detectar o cio e, assim, aumentar a eficiência dessa tecnologia”, explica.

Hoje, existem três formas de se detectar se a vaca está ‘vazia’ após uma tentativa de fecundação, mas todas envolvem prazos específicos: a primeira é natural e consiste na verificação do cio após um período de 21 dias; outra é através de exame do médico veterinário com ultrassom em um período de 26 a 30 dias; e a terceira é via exame de toque pelo veterinário após 45 dias da inseminação. No caso da produção de leite, o desafio do produtor é reduzir esse prazo, pois, quanto antes a vaca receber uma nova inseminação, melhor será a eficiência reprodutiva – o que significa maior produção leiteira e renda da propriedade.

Assim, segundo Baruselli, para atingir um ótimo índice de prenhez, o bovinocultor pode utilizar a inseminação artificial e a IATF juntas, ou ainda outras técnicas de fecundação existentes no mercado. “Com a assistência de um profissional, que orientará a escolha da melhor opção, ele otimiza a mão de obra da propriedade para identificar o cio nas vacas, além de concentrar em um mesmo período o processo de inseminação e, no futuro, o período de parto”, completa.

Capacitação

Para ajudar o pecuarista a superar essas barreiras, o SENAR-PR tem oferecido cursos de bovinos de corte e de leite, sendo um dos mais procurados o de inseminação artificial. “Institucionalmente acreditamos que o produtor só terá ganhos com essa técnica se tiver sanidade e nutrição dos animais. Por isso, exigimos como pré-requisito a participação dele nos cursos de manejo de gado de leite ou de corte, por um período que não ultrapasse dois anos”, explica o médico veterinário e técnico do SENAR-PR, Alexandre Lobo Blanco.

As cartilhas desse curso utilizadas no Paraná são as produzidas pelo SENAR nacional e tem a sua metodologia validada pela Asbia. Outra vantagem do curso de inseminação artificial é que 60% da carga horária (32 horas) são de aulas práticas e 40% de teorias. Atualmente, essa capacitação é oferecida gratuitamente em cinco cidades Francisco Beltrão, Presidente Castelo Branco, Cascavel, Porto Amazonas e Prudentópolis (veja tabela).

Blanco explica que aulas do curso são realizadas em centros de reprodução animal que são inspecionados regularmente pelos técnicos do SENAR-PR e onde são observados altos padrões de sanidade, bem estar dos bovinos e infraestrutura. Outra exigência é que, nas datas dos cursos, as instalações sejam usadas apenas para ensino, privilegiando a segurança dos alunos, limpeza do local e fornecimento de materiais descartáveis à vontade, além do fornecimento de aplicadores, pipetas, nitrogênio e sêmen para a realização das práticas.

CALENDÁRIOS DOS PRÓXIMOS CURSOS DO SENAR-PR

Cascavel

23 a 26 de Julho
13 a 16 de Agosto
17 a 20 de Setembro
15 a 18 de Outubro
05 a 08 de Novembro
02 a 06 de Dezembro

Informações:
(45) 3262-2774

Prudentópolis

23 a 26 de Julho
13 a 16 de Agosto
17 a 20 de Setembro
01 a 04 de Outubro

Informações:
(42) 9904-0660

Fco. Beltrão

23 a 26 de Julho
13 a 16 de Agosto
17 a 20 de Setembro
15 a 18 de Outubro
05 a 08 de Novembro
03 a 06 de Dezembro

Informações:
(46) 3524-6014

P. C. Branco

23 a 26 de Julho
13 a 16 de Agosto
17 a 20 de Setembro
15 a 18 de Outubro
05 a 08 de Novembro
03 a 06 de Dezembro

Informações:
(44) 3245-2055

Porto Amazonas

13 a 16 de agosto
27 a 30 de agosto
17 a 20 de setembro
15 a 18 de outubro
05 a 08 de novembro
03 a 06 de dezembro

Informações:
(42) 3225-8915

Quem paga a conta?

Paraná perde R\$ 1 bilhão em repasses que deveriam vir de Brasília



Duplicação PR-445, em Londrina, está sendo tocada com recursos do estado

O setor produtivo decidiu, numa ação conjunta das principais entidades do estado, através do G7, pedir a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, agilidade na liberação dos processos de financiamentos feitos pelo Paraná a agências de fomento nacionais e internacionais, que somam R\$ 3,54 bilhões e estão parados na mesa do governo federal, na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os recursos já foram acordados entre o governo estadual e agentes financeiros nacionais e internacionais, como Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) e Banco Interamericano (BID).

O requerimento foi assinado pelos presidentes da FAEP, Ágide Meneguette, da Federação da Indústria (Fiep), Edson Luiz Campagnolo, da Federação e Organização das Cooperativas (Fecoopar), João Paulo Koslovski, da Federação do Comércio (Fecomércio), Darci Piana, da Federação das Empresas de Transportes de Cargas (Fetranspar), Sérgio Malucelli, da Associação Comercial, Edson José Ramon, e da Federação das Associações Comerciais e Empresariais (Faciap), Rainer Zielasko.

O argumento do governo federal para o “bloqueio” dos financiamentos feitos pelo Paraná é que o estado tem pendências junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc) e que não vem cumprindo o limite de gastos

com o funcionalismo público, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O problema é que o estado vem perdendo arrecadação com a redução dos repasses do próprio governo federal e sendo prejudicada no pacto federativo.

Política econômica

A política econômica de isenções do governo federal, como desoneração do IPI da linha branca e de automóveis, e a redução da tarifa de energia, com o objetivo de aquecer a economia, deixaram um rombo de R\$ 1 bilhão ao governo do Paraná. O prejuízo se torna maior ainda quando é considerado que, sem os repasses federais, o estado não consegue fechar suas contas e fica em uma situação limite em relação à LRF.

Em 2012, a redução do repasse dos recursos constitucionais do governo federal ao Paraná foi de 12,5% enquanto os demais estados brasileiros foram penalizados em apenas 6,4%. Em 2009, o Paraná perdeu 6,5% de ICMS da energia elétrica, o equivalente a R\$ 789 milhões. Em 2010, a perda de ICMS foi de R\$ 1,61 bilhão só com o fundo IPI-Exportação. Na soma, a arrecadação de ICMS do estado foi reduzida em 29,5%, em 2009 e 2010.



Hospitais universitários, como o de Cascavel, recebem investimentos estaduais

Segundo o requerimento encaminhado pelas entidades, há 10 anos o Paraná está sem receber qualquer forma de financiamento por imposição de formalidades e regras que, em algumas situações, são aplicadas interpretações restritivas com sérios prejuízos aos projetos de desenvolvimento estadual. O governo do estado argumenta que não há motivos para tal “bloqueio”, considerando inclusive o princípio da isonomia, já que outros estados brasileiros se encontram em situações similares em relação à LRF.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, é um estado que tem um perfil econômico e demográfico semelhante ao do Paraná, mas, coincidência ou não, é governado pelo Partido dos

Trabalhadores (PT). E os gaúchos estão em 10º entre os estados que recebem mais recursos. “É muito importante que essa discussão saia do campo político”, afirmou o governador Beto Richa, ressaltando a contribuição do Paraná como o quinto em arrecadação tributária do país. “Mas, mesmo assim, vem sendo negligenciado na hora dos repasses federais, ficando apenas na 23ª posição no recebimento de recursos”.

Restrições

No caso do cadastro negativo de inadimplência federal, as entidades setoriais, através do requerimento, explicam que “a

PARANÁ: PERDAS HISTÓRICAS

Resumo de perdas históricas de ICMS com algumas imunidades, Lei Kandir e Fundo IPI-Exportação

Perdas	R\$ Milhões	% no ICMS Total	Ano Referência
1) ENERGIA ELÉTRICA: IMUNIDADE ICMS OPER. INTEREST.	789	6,50%	2009
2) PAPEL IMPRENSA: IMUNIDADE ICMS (OPER. INTERNA + INTEREST.)	183	1,50%	2009
3) PERDA LÍQUIDA DESONERAÇÕES LEI KANDIR	1.306	9,60%	2010
ICMS DESONERADO EXPORT. PRIMÁRIOS E SEMI-ELABORADOS	853		
CRÉDITOS ICMS BENS DO ATIVO	763		
REPASSE UNIÃO LEI KANDIR (ART. 91 DA ADCT/CF)	197		
SE UNIÃO AUXÍLIO ESTADOS EXPORTADORES	114		
4) PERDA LÍQUIDA EXPORT. COMPUTADAS NO FPEX	1.613	11,90%	2010
ICMS DESONERADO EXPORT. COMPUTADAS NO FPEX	1.938		
REPASSE UNIÃO FUNDO IPI-EXPORT.	325		
TOTAL PERDA LÍQUIDA ITENS CALCULADOS	2.585	29,50%	

Fonte: SEFA/PR



Ministra-chefe Gleisi Hoffmann

Secretaria Estadual de Fazenda e a Procuradoria Geral do Paraná já fizeram um levantamento sobre quais CNPJs dos órgãos estaduais possuíam débitos registrados e que, na maioria dos casos, foi constatado que a situação já está regularizada”. Além disso, as dívidas ainda pendentes e registradas no Cauç são mínimas e se referem a órgãos extintos, como as do Tribunal de Alçada do Paraná e as da Secretaria de Obras Públicas, que repassaram suas obrigações financeiras para os órgãos que os sucederam na estrutura administrativa do estado.

Já sobre os gastos excessivos com pessoal, foi informado que o Paraná só tem três universidades federais e é um dos poucos estados no país que mantém o ensino universitário com recursos próprios, o que representa 10,5% na composição do cálculo que estipula o limite previsto em lei. Enquanto isso, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por exemplo, tiveram suas universidades estaduais federalizadas e, hoje, possuem respectivamente 10 e 17 instituições sob a gestão da União. Isso permitiu aos dois estados desonerar a folha de pagamento e manter seus gastos com maior facilidade dentro da LRF.

Só para se ter uma ideia como os gastos universitários pesam, o estado computa nas suas despesas com pessoal a folha de pagamento de sete universidades estaduais e três hospitais universitários, sendo que o ensino superior é uma atribuição prioritária da esfera federal. Assim, fica a pergunta: quem paga essa conta?

Atualmente, o Paraná está acima do limite prudencial previsto em lei e compromete 47,68% de sua receita com o pagamento de salários. Porém, se não fossem computadas as folhas de pagamento das universidades, o percentual cairia em 10,5%, fazendo com que o estado estivesse em uma situação folgada nesse quesito e poderia ser considerado apto a contrair os financiamentos desejados.



Universidades estaduais, como a UEL, pesam na folha de pagamento do estado



Presidentes do G7 entregam requerimento ao governador Beto Richa

Outras restrições

Ainda no mesmo requerimento, as entidades setoriais apresentaram outras restrições levantadas pelo governo federal que interferem na interpretação da LRF e que prejudicam o Paraná. É o caso da redução da Receita Corrente Líquida, que serve de base para o estabelecimento do limite prudencial, por conta das medidas econômicas adotadas pelo governo federal a partir de 2012. Com a desoneração tributária de vários produtos, a receita prevista ficou comprometida e o estado viu sua arrecadação diminuir significativamente.

Essa diminuição de receita foi consideravelmente influenciada por perdas de repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que são tributos que refletem diretamente nos cofres estaduais. E a tendência é que essa perda se agrave por conta da redução da tarifa de energia elétrica e também pelos efeitos da Lei Kandir, que isenta de ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. Assim, mesmo mantendo o atual dispêndio com pessoal, o percentual comprometido tende a subir sem que tenha havido qualquer aumento de gasto público.

Outro fator que impacta na capacidade de gastos estaduais, que está sendo levado em conta pela STN, é a folha

de pagamento dos servidores inativos. Esta rubrica deveria ser excluída, já que as aposentadorias são mantidas pela arrecadação dos contribuintes segurados e de receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado. Como a própria LRF libera essa medida, a retirada desses valores permitiria ao Paraná diminuir sensivelmente o limite prudencial com o pagamento do funcionalismo.

Além disso, foi destacado que o estado vem sendo onerado com a alta taxa de juros cobrada pelo governo federal na quitação da dívida do Banestado. Segundo a Secretaria Estadual de Fazenda, esse índice é de 14% ao ano contra 7,2% praticados pela União na correção da sua dívida com o mercado. Assim, até o último mês de abril, o Paraná já havia pago R\$ 10,5 bilhões em juros e amortizações referentes ao saneamento e privatização do banco, sendo que a dívida original de 1998, em valores de hoje, seria de R\$ 9,28 bilhões.

Lista de propostas

Uma cópia do requerimento foi entregue ao governador Beto Richa durante a reunião do G7, quando o presidente da Faep, Ágide Meneguette, ressaltou que as Parcerias Público-Privadas (PPPs) passam a ser uma boa alternativa, por exemplo, para a execução de obras prioritárias nas estradas paranaenses. “Precisamos urgente de novos investimentos no setor. A economia está estagnada com a falta de uma infraestrutura mais eficiente”.

No documento as entidades também apresentaram as seguintes propostas para viabilizar os empréstimos ao Paraná.

- 1) Exclusão dos gastos com pessoal inativo da folha de pagamento para efeito de cálculo na aferição do limite definido pela LRF, já que estados como R. G. do Sul, Pernambuco e Bahia foram contemplados com essa sistemática.
- 2) Permissão para que os gastos com pessoal das universidades estaduais sejam excluídos do cálculo para aferição do limite definido na LRF.

- 3) Adotar providências necessárias a fim de que sejam retiradas as pendências junto ao Cauc.
- 4) Permitir que o BNDES repasse os financiamentos à Copel, já que a empresa não tem e nunca teve qualquer relação obrigacional ou sucessória em relação às atividades do BADEP.
- 5) Autorizar a realização da operação bancária a fim de que o Paraná realize pagamento da dívida de R\$ 1,3 bilhão perante a Copel, por meio de financiamento pelo Banco CreditSuisse, com redução de juros de 15% para 6% ao ano.



Copel constrói usina em Colíder, no Mato Grosso

Copel sofre restrições para empréstimos

No mesmo documento enviado à Casa Civil da Presidência da República, as entidades paranaenses cobraram uma revisão das restrições que Copel vem sofrendo para captar recursos no mercado. A empresa depende de financiamentos para continuar seu plano de investimentos na construção de usinas hidrelétricas e redes de transmissão de energia dentro e fora do Paraná.

A situação mais urgente é a enfrentada junto ao BNDES, onde a Copel já tem financiamento contratado mas não consegue a liberação do dinheiro. Isso porque o banco de fomento federal argumenta que existe uma dívida de 25 anos atrás do extinto Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Badep) sem liquidação. No entanto, a Copel nunca teve qualquer vínculo na

obrigação ou sucessão em relação às atividades do Badep.

Outro caso que foi solicitada uma revisão refere-se à dívida de R\$ 1,3 bilhão que o Paraná assumiu perante a Copel, em razão de vários débitos de órgãos estaduais originados em governos anteriores. Os juros contratados para saldar esse débito foram de 15% ao ano, mas agora surgiu uma possibilidade da quitação dessa dívida por meio de financiamento pelo Banco CreditSuisse com redução da taxa para 6% anuais, deixando o Paraná numa situação mais favorável.

Assim, as entidades paranaenses lembram que essa operação trata-se de uma simples substituição de dívida, numa situação altamente vantajosa para os cofres estaduais. Por isso, foi pedido que a STN não adote uma interpretação restritiva na avaliação desse caso, até mesmo porque o estado não tem problemas com limite de endividamento. Hoje, esse patamar é de R\$ 3 bilhões anuais, mas até o momento o Paraná está impossibilitado de utilizá-lo.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná - CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 04 - SAFRA 2013/2014

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 27 de junho de 2013 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em junho de 2013 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2013/2014, que passam a vigorar a partir de 01 de julho de 2013. Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de junho de 2013 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM JUNHO 2013/2014 | SAFRA 2013/2014 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,30%	40,28	0,98%	39,84
AME	49,90%	44,87	40,91%	43,01
EAC - ME	5,64%	1.367,35	4,95%	1.362,15
EAC - MI	11,77%	1.287,36	17,26%	1.353,61
EA-of	0,03%	1.396,00	0,09%	1.397,94
EHC - ME	13,88%	1.196,79	6,26%	1.196,79
EHC - MI	18,11%	1.130,11	29,08%	1.179,96
EH-of	0,37%	1.174,61	0,46%	1.207,79
Obs: 1) EAC - ME+MI+of	17,44%	1.313,41	22,30%	1.355,69
EHC - ME+MI+of	32,36%	1.159,22	35,80%	1.183,27

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,30%	0,4567	0,98%	0,4517
AME	49,90%	0,5108	40,91%	0,4896
EAC - ME	5,64%	0,4811	4,95%	0,4792
EAC - MI	11,77%	0,4529	17,26%	0,4762
EA-of	0,03%	0,4911	0,09%	0,4918
EHC - ME	13,88%	0,4394	6,26%	0,4394
EHC - MI	18,11%	0,4149	29,08%	0,4333
EH-of	0,37%	0,4313	0,46%	0,4435
Média		0,4746		0,4667
Obs: 1) EAC - ME+MI+of	17,44%	0,4621	22,30%	0,4770
EHC - ME+MI+of	32,36%	0,4256	35,80%	0,4345

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2013/2014 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	MIX	Média
AMI	0,84%	40,36
AME	55,41%	41,76
EAC - ME	1,37%	1.358,38
EAC - MI	12,81%	1.245,58
EA-of	0,02%	1.397,94
EHC - ME	3,12%	1.198,50
EHC - MI	26,33%	1.066,93
EH-of	0,11%	1.207,79

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	MIX	Média
AMI	0,84%	0,4576
AME	55,41%	0,4754
EAC - ME	1,37%	0,4779
EAC - MI	12,81%	0,4382
EA-of	0,02%	0,4918
EHC - ME	3,12%	0,4401
EHC - MI	26,33%	0,3917
EH-of	0,11%	0,4435
Média		0,4474

PREÇO FINAL DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	48,86	54,57
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	48,86	54,57

Maringá, 27 de junho de 2013

PAULO ROBERTO MISQUEVIS | Presidente
ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO | Vice-Presidente

Carvalho na Comissão de Agricultura

Entre os 350 produtores rurais que estiveram a Brasília, no dia 26, para a audiência pública com o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, esteve presente uma comitiva paranaense liderada pelo diretor Financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia. Em seu depoimento sobre as demarcações de terras indígenas, que aconteceu na Comissão de Agricultura da Câmara, o ministro garantiu que “o respeito à propriedade é intocável” e que o governo deve publicar uma portaria nas próximas semanas em complemento ao Decreto 1.775, que regulamenta a demarcação de terras indígenas. Carvalho disse ainda que o Ministério da Justiça vai criar duas novas assessorias: uma para acompanhar processos de demarcação com participação de outros órgãos governamentais e outra para mediar conflitos.



Governo reajusta preços mínimos do feijão

O Ministério da Agricultura divulgou, no dia 1º, a tabela com os novos preços mínimos para safra de verão, reajustando o preço mínimo do feijão preto e carioca. Na região Sul o novo preço mínimo do feijão carioca, para safra 2013/14, será de R\$ 95,00 por saca entre novembro de 2013 a outubro de 2014, o que representa um acréscimo de 32% em relação ao preço mínimo anterior, de R\$ 72,00/saca. O preço mínimo referente à safra atual também foi modificado para R\$ 74,16/saca, com acréscimo de 3% em relação aos R\$ 72,00/saca. Para o feijão preto, o novo preço mínimo, na safra 2013/14, será de R\$ 105,00 por saca. O preço para safra 2012/13 também foi reajustado para R\$ 74,16. O atual custo de produção estimado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de R\$ 89,59 a saca. A medida é positiva e atende ao pedido da FAEP, que desde a safra 2011/12, vem solicitando o aumento do preço mínimo para a cultura.

Na safra 2011/12, o preço mínimo do feijão foi reduzido em 10%, indo a R\$ 72,00/saca, o que desestimulou muitos produtores que estavam com os custos de produção acima desse valor. A área de plantio à época teve redução 8% no Paraná.

Apesar da demora no reajuste do preço mínimo do feijão, a medida é fundamental, considerando a situação atual. O aumento da produção deve ser estimulado para atender a demanda nacional que, hoje, está 16% acima da produção nacional.

Os preços de R\$ 95,00 e R\$ 105,00 por saca são válidos para o produto que será plantado a partir de agosto, na 1ª safra. Para a segunda safra, que ainda está em colheita, e também para a 3ª safra, o preço mínimo vigente é de R\$ 74,16 por saca.

No Paraná, na cotação diária da Secretaria da Agricultura (Seab), o preço recebido pelo feijão preto é de R\$ 145,45/saca e para o feijão de cor é de R\$ 152,37/saca. Em média, 20% do produto da segunda safra ainda aguarda melhores condições climáticas para continuar a colheita. O excesso de chuva ocorrido nas últimas semanas deve prejudicar a qualidade do produto que ainda deve ser colhido.

Produtos	Regiões e Estados amparados	Tipo/ Classe Básico	Preços Mínimos (R\$/sc)		Período de Vigência
			2012/13	2013/14	
Feijão Cores	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	Tipo 1	74,16	95,00	Nov/2013 a Out/2014
Feijão Preto	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	Tipo 1	74,16	105,00	Nov/2013 a Out/2014

Fonte: MAPA

Caminhões via PSI para pessoa física

O CMN publicou, na semana passada, a Resolução nº 4.238, que autoriza o financiamento de caminhões destinado a produtores rurais pessoas físicas via Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BNDES). A aquisição de caminhões poderá ser financiada com taxa de juros de 4,0% ao ano e o prazo de pagamento é de até dez anos. A medida atende a solicitação da FAEP para que produtores rurais, na condição de pessoa física, fossem contemplados nessa linha de financiamento. Antes o PSI era permitido apenas para pessoas jurídicas com exigência de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC), efetuado há no mínimo dois anos. Essa condição não atendia as necessidades dos produtores rurais.



Cresce embarque de grãos

As exportações de grãos do Brasil cresceram em um ritmo maior do que o resultado financeiro entre janeiro e junho deste ano. No primeiro semestre, as exportações do complexo soja e do milho cresceram 37,7%, enquanto a receita com as vendas externas dessas commodities aumentou 25,8%. O descompasso, segundo analistas do mercado, é resultado da redução do preço das commodities nesse período. De acordo com os dados divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) e organizados pela Céleres Consultoria, o maior destaque dessa primeira metade do ano foi o milho. Até o dia 20 de junho, o país exportou 8,5 milhões de toneladas de milho, ante um volume de 1,5 milhão de toneladas no primeiro semestre do ano passado.

FAEP solicita diferimento do ICMS para aviários



O presidente da FAEP Ágide Meneguette encaminhou ofício, na semana passada, aos secretários Norberto Ortigara (Agricultura), Luiz Carlos Haully (Fazenda) e Reinhold Stephanes (Casa Civil) solicitando o diferimento de ICMS para compra de lenha utilizada no aquecimento dos aviários.

Segundo Meneguette, a medida se faz necessário porque “a avicultura tem importância fundamental em algumas regiões do estado” e porque a legislação permite o benefício. No regulamento do ICMS, em seu artigo 107, está previsto que o imposto incidente sobre a lenha é diferido quando destinada à secagem de cereais e quando serve como matéria-prima em estabelecimentos industriais. Porém, quando o avicultor compra a lenha para os mesmos fins, ou seja, para utilização como matéria-prima e fonte de energia, o produto é tributado com alíquota de 12%.

Assim, a FAEP argumenta que o artigo 107 pode ser aplicado aos aviários, pois determina que, sem prejuízo das disposições específicas previstas no regulamento, são abrangidas pelo diferimento as seguintes mercadorias: “lenha, cavaco e serragem provenientes da industrialização de madeiras, ainda que não resíduos resultantes da fabricação de outros produtos, inclusive nas operações que os destinem à secagem de cereais, produção de vapor ou a estabelecimento industrial que a utilize como fonte energética, matéria-prima, produto intermediário ou secundário”.

Pesquisa sobre defensivos

A Embrapa Soja está realizando uma pesquisa de opinião para conhecer as práticas atualmente adotadas em relação à aplicação de defensivos na propriedade rural. O objetivo é subsidiar discussões técnicas sobre o assunto. Não é necessário identificar-se. O questionário apresenta 17 questões e o tempo médio de preenchimento é de 15 minutos. A pesquisa estará aberta para preenchimento até 20 de julho de 2013. Para participar basta acessar o seguinte endereço na internet: http://www.cnpso.embrapa.br/pesquisa_agroquimicos/ Mais informações estão disponíveis no Núcleo de Comunicação Organizacional da Embrapa Soja pelos telefones (43) 3371-6068 / 3371-6079 ou pelo e-mail cnpso.nco@embrapa.br.

PALOTINA



Inclusão Digital

Oferecer conhecimento necessário para utilizar o computador, acessar à internet e buscar informações para obter melhores resultados na gestão de seus negócios. Esse é o objetivo do curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvopastoris – inclusão digital 16 horas –, que foi realizado pelo Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a Faculdade do Trabalhador, nos dias 09 e 10 de maio. O grupo de 10 produtoras rurais teve como instrutora Michele Carla Roco Piffer.

CAMPINA DA LAGOA



Agricultura de Precisão

O curso Trabalhador na Agricultura de Precisão - introdução à agricultura de precisão (AP) – foi oferecido pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa entre os dias 04 e 06 de junho. A capacitação, que apresentou as tecnologias para AP, contou com a participação de 11 produtores rurais e foi ministrado por Edson Cristiano Groff.

CIDADE GAÚCHA



Agrinho

No dia 28 de maio, a segunda vice-presidente do Sindicato Rural de Cidade Gaúcha, Maria da Sé Savero Pernomian, entregou o material do Programa Agrinho 2013 para a secretária municipal da Educação, Simone Arias Tetília Mansila. Além da secretária estavam presentes: Alethéya Fontana de Oliveira (diretora pedagógica) e Marii Guimarães Schwengber (setor administrativo).

RIBEIRÃO DO PINHAL



De Olho na Qualidade

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal, em parceria com SENAR-PR, realizou, no período de abril a maio, o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvopastoris – de Olho na Qualidade. Participaram oito produtores rurais que cultivam café arábica e o instrutor do grupo foi Vidal Ferreira de Campos.

JANDAIA DO SUL



Equideocultura

O Sindicato Rural de Jandaia do Sul ofereceu o curso de Trabalhador na Equideocultura – rédeas, no período de 03 a 07 de junho, na sua extensão de base no município de Bom Sucesso. Participaram do curso 11 produtores e trabalhadores rurais e o instrutor Rodrigo foi Augusto Pereira.

CIANORTE



Plantas medicinais

O curso Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais - plantas medicinais, aromáticas e condimentares - foi realizado pelo Sindicato Rural de Cianorte entre os dias 06 e 08 de maio. A capacitação contou com a participação de 11 produtores rurais e as aulas foram ministradas pelo instrutor Carlos Donizete dos Santos Biazoto.

MARINGÁ



Operação e Manutenção de Colhedoras

O Sindicato Rural de Maringá ofereceu o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - regulagem de colhedoras automotrizes. As aulas práticas aconteceram no estande da New Agro, durante a Expoingá, e o instrutor do grupo de 15 produtores rurais foi Newton Cardoso.

TIBAGI



Aplicação de agrotóxicos

Tornar a aplicação de agrotóxicos com pulverizador de barras eficiente foi o que 13 alunos puderam aprender durante o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - Aplicação de Agrotóxicos - integrado de agrotóxicos - costal manual e tratorizado de barras - NR 31, que foi oferecido pelo Sindicato Rural de Tibagi entre os dias 9 e 11 de maio. A turma teve como instrutor Laércio Antônio Kreniski Júnior.

Festa com cerveja

Numa festa, na floresta, os bichos verificam que não há mais cerveja. Preocupados, resolvem comprar, mas cada animal inventa uma desculpa para não ir. Até que se lembram da tartaruga... “Dona tartaruga, a senhora poderia ir comprar a cerveja para nós?”. A tartaruga responde:

- Com o maior prazer.

Os bichos dão o dinheiro para a tartaruga e ficam aguardando... Duas horas depois, começam a reclamar. Uns diziam: “Bem feito, quem mandou pedir logo para a tartaruga, não sabem que ela é uma lerdosa?”.

De repente, uma cabecinha surge atrás da porta, balançando prá lá e prá cá. É a tartaruga, que diz va-ga-ro-sa-men-te:

- Se continuarem a falar mal de mim, aí é que eu não vou mesmo!



“Pobrema”

Gilmarzinho, funcionário do Suporte Técnico, recebe uma chamada da loira do Cadastro:

- Oiêêê, meu querido! Você não vai acreditar, mas estou com problema no meu micro.

- Oi Li (de Lindaura)! Então, me conte a última coisa que estava escrita no seu monitor.

- Deixa eu pensar, deixa eu pensar: SAMSUNG.



Gaticídio

A peste negra na Europa ocorreu porque as pessoas acreditavam que quem tivesse um gato era uma bruxa. Logo todos os gatos foram queimados, deixando os ratos – com as suas doenças – circularem livremente e multiplicar-se.

Faísca

O primeiro isqueiro portátil foi inventado por Johann Wolfgang Döbereiner, em 1823, e ficou conhecido como lâmpada de Döbereiner. Apesar de perigoso, foi utilizado até 1880. Entretanto, em 1903, o barão Carl Auer von Welsbach inventou o metal de Auer, ferro e cério, material utilizado na pedra que produz a faísca dos isqueiros atuais.



Exército fantasma

Para enganar o exército de Hitler na Segunda Guerra Mundial, os americanos criaram um tanque inflável. Foi o resultado do Ghost Army (o Exército Fantasma), grupo que desembarcou na França no verão de 1944, recrutado em faculdades de arte e em agências de publicidade. Tinha como principal arma a criatividade para enganar as tropas nazistas. O falso exército usava artilharia de borracha, efeitos sonoros e falsas transmissões de rádio como recursos para espantar os soldados alemães, fazendo com que a tropa de artistas parecesse um grande exército pronto para o ataque.

Na Arábia Saudita

- Meninas e meninos só estudam juntos no primeiro grau, até mais ou menos os 12 anos de idade. Depois vão para escolas e universidades distintas para homens e para mulheres.
- É ilegal beijar um desconhecido.
- As mulheres não podem dirigir carros.
- As mulheres são proibidas de aparecer em público, a menos que estejam com alguém da família ou com um tutor.
- É ilegal importar qualquer livro que contenha símbolos cristãos como a cruz.
- De Jiddah para Ryadh existem duas estradas: uma para os muçulmanos e outra para os “infieis”. Se um muçulmano estiver acompanhado por um “infiel”, é pedido a eles que usem a estrada para infieis.



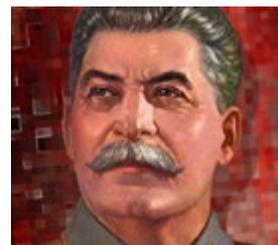
É bom saber que...

Clorobenzilideno malononitrilo é o gás lacrimogênio e seus efeitos provocam dificuldade de respirar, os olhos ardem e esfregá-los só piora a situação. Além de lágrimas, o gás ainda causa tosse, irritação da pele e vômitos. A queda do líquido irritante na pele causa sensação de queimadura. Os efeitos levam entre 20 a 45 minutos para passar.

O spray de pimenta causa muita irritação e, em menos de um segundo, provoca uma dor que persiste por um bom tempo, especialmente nos olhos, nariz e boca. Os olhos se fecham involuntariamente e o nariz escorre e entope. Se não forem lavadas, as áreas atingidas vão inchar e arder, com a possibilidade do aparecimento de bolhas. Inalar também é um problema: você tosse, engasga, mas a recuperação da visão e da coordenação dos olhos pode acontecer em 7 a 15 minutos.

Pancada

Os historiadores contam que Stalin estava fora da casinha. Sua mãe, Yekaterina, teve de lavar roupas para sustentar o filho. Já no poder, Stalin nunca a convidou para conhecer Moscou – ela morava na Geórgia. Era hipocondríaco, chegadão em remédios e tinha outra mania: bebia água de regatos glaciais como se fosse uma poção mágica. Mas era capaz de devorar 500 páginas por dia de livros de sua biblioteca com 20 mil livros. Ah, sim, calcula-se que ele mandou matar 20 milhões de compatriotas.



Consumismo chinês

O maior shopping do mundo fica em Dongguan, uma das mais ricas cidades da China. O South China Mall, inaugurado em 2005 (após três anos de obras), tem 432 mil metros quadrados de área total – o que equivale a cerca de 40 campos de futebol. Conta com cerca de 600 lojas, hotéis, parques de diversões, boate e até um spa.



Espetáculo

As auroras boreal (Polo Norte) e austral (Polo Sul) são fenômenos visuais que ocorrem nos extremos da Terra. Surgem como shows de luzes coloridas e brilhantes, por causa do contato dos ventos solares com o campo magnético do planeta sempre no fim de tarde e à noite. Suas aparições são mais comuns nos meses de fevereiro, março, abril, setembro e outubro. O nome aurora boreal foi dado pelo astrônomo Galileu Galilei em homenagem à deusa romana Aurora (do amanhecer) e seu filho Boreas.

TRABALHE EM SÃO PAULO, MAS NÃO SEJA EXIBIDO

Antigamente, as pessoas diziam que iam se mandar para São Paulo porque “é lá que corre o dinheiro”. Continua correndo, mas digamos que se você quer um razoável nível de vida, o destino não deve ser a pauliceia desvairada.

A verdade, porém, é que tem muita gente que trabalha em São Paulo, mantendo suas famílias em outras cidades: Curitiba, Londrina, Maringá etc... Nesse time tem muito exibido que solta na roda: “estou trabalhando em São Paulo”.

Bobeou, dançou. Ai começa a maratona de perguntas. Vejamos:

Pergunta: - Mas em São Paulo?!

R1:- Não. Em Quixeramobim, Ceará.

R2:- Não. Miami, Flórida.

Pergunta: - Você vai e volta todo dia?

R1:- Não. O prédio da empresa vem para Londrina todo dia, eu trabalho nele e ele volta para SP.

R2:- Não. O ônibus vai e volta, comigo dentro.

Pergunta: - Mas você vai de ônibus fretado?

R1:- Não. Vou disparado por um canhão.

R2:- Não. Eu me anexo em uma mensagem e me envio por e-mail para mim mesmo.

Pergunta: - Mas o ônibus te deixa na porta e te pega na porta?

R1:- Não. Me deixa na janela e me pega na chaminé.

R2:- Não. Me deixa no ponto e me pega no ponto.

Pergunta: - Você almoça por lá mesmo?

R1:- Não. Eu vou até o Shopping Catuai, como alguma coisa e volto rapidinho...

R2:- Não. Por lá eles não tem esse hábito.

Pergunta: - Você vai do serviço direto para a faculdade?

R1:- Não. Eu passo no orquidário para ver a exposição de bromélias. Depois, então, eu vou para a aula.

R2:- Não. Eu paro para comer uma paçoquinha e depois eu vou.

Pergunta: - Não é cansativo?

R1:- Não. É revigorante!

R2:- Não, é que eu sou masoquista mesmo.

Pergunta: - Mas dá tempo?

R1:- Não. Eu chego no final do Pai Nosso.

R2:- Dá de sobra. Quando eu chego ainda não começou a aula.

Pergunta: - E vale a pena a grana?

R1:- Não. Eu gosto de trabalhar de graça mesmo.

R2:- Não, é que eu sou trouxa mesmo.

Pergunta: - Você tem que acordar muito cedo, então?

R1:- Não. Acordo ao meio dia para entrar às 8h00.

R2:- Não. Eu acordo a hora que eu quiser e volto o relógio para 5h15.

Pergunta: - Mas você pode dormir no ônibus, né?!

R1:- Não. O motorista não deixa.

R2:- Não. Na verdade ninguém dorme. É que todo mundo relembra as excursões para o Playcenter e vamos cantando a viagem toda.

Pergunta: - E se você perder o ônibus?

R1:- Pego o canhão de volta.

R2:- Pego meu celular e ligo para o motorista retornar.

R3:- Minha única esperança é que o prédio não se atrase pra chegar!

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br